



1ª Assembleia Geral Ordinária de 2026

No dia 05 de março de 2026, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba se reuniram para a 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2026 do CBH AMAP PN1, em uma reunião realizada presencialmente no Auditório da Câmara Municipal, em Patrocínio/MG. Estiveram presentes os seguintes membros: Wanderlei Almeida Coelho (Igam – Por procuração), Irineu Vieira Caixeta (IEF), Alex Teixeira Andrade (EPAMIG), Diego Cavalcante Mota (Consórcio RIDES), Murielle Cristine Costa Melo (AMAPAR), Augusto Peres Arruda (Município de Serra do Salitre), Bruno Gonçalves dos Santos (Município de Araguari), Joaquim Odilon Fernandes (Município de Iraí de Minas), Luiz Antônio dos Santos Paula (Município de Iraí de Minas), Juarez Evangelista Reis (Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás), Vicente de Paulo Flávio de Lima (SAE Araguari), Wilson Dornelas Rodrigues (DMAE Monte Carmelo), Márcia Marques Magalhães Borges (DAEPA – Por procuração), Ricardo Luiz Borges (COPASA), Alisson Martins de Oliveira (Salitre Fertilizantes Ltda.), Régis Vinicius Alves de Abreu (FIEMG), Wander Lúcio Rodrigues Alves (Aprosoja), Leocarlos Marques Mundim (COOXUPE), Fernando Costa Faria (AUA), João Figueiredo Neto (Sindicato Rural de Patrocínio), Natália Gonçalves Mendes (Irriganor), José Oliveira da Silva (AFES), José Eduardo Peçanha (CREA-MG), Eusímio Felisbino Fraga Junior (UFU), Patrícia Tolentino (COOPERCAC), Antônio Giacomini Ribeiro (FONASC-CBH), Marcelo Ribeiro Pereira (UFV – Campus Rio Paranaíba), Edvaldo Soares dos Santos (Sind. Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares na Agricultura, Pecuária e Similares de Patrocínio e região). Convidados: Ronaldo Barbosa (ABHA), Sândra Vieira (ABHA), Angélica Spirandelli (ABHA), Nara Santos (ABHA), Rebeca Golinelli (ABHA), Hygor Siqueira (ABHA), Gabrielle Marques (ABHA), Flávio Bernardes (ABHA), Lais Castro (ABHA), Wilson Shimizu (CBH Paranaíba), Victória de Oliveira (Midiática), Pablo Lima e Silva (Midiática), Erica Amaral (Irriganor), Robson dos Santos (SAE Araguari), Letícia Goulart (DMAE Monte Carmelo). Pontos de pauta a serem discutidos: Item 01 – Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 –

Apreciação e votação da minuta da Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2025



Avenida Marciano Pires, 629
Bairro: Industrial
CEP: 38740 - 500. Patrocínio/MG



comite.amap@agenciaabha.com.br



(34) 9 9837 0937



do CBH AMAP PN1 (25.11.2025); Item 03 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia Item 04 – Apresentação da proposta de aumento do custeio da Entidade Equiparada para 16,60%, conforme resolução do CERH/MG; Item 05 – Apreciação e votação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Execução do Planejamento Orçamentário, exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas; Item 06 – Apreciação e votação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Execução do Plano Plurianual de Aplicação, exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas; Item 07 – Dialogando sobre o Plano e o Enquadramento PIRH Paranaíba Integrado. Item 08 – Assuntos gerais. Após conferência de quórum o Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e compondo a mesa diretora. Em comemoração aos 21 anos do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba o Sr. Diego Cavalcante Mota falou algumas palavras em homenagem a trajetória percorrida, construída com coletividade, dedicada à proteção, ao planejamento e à gestão responsável da água. Lembrou-se daqueles que iniciaram o Comitê e também de Ex-Presidentes que dedicaram tempo e trabalho para a causa. Vislumbrou o futuro, desejando que a instituição se fortaleça, ampliando a participação, consolidando os avanços, garantindo que as futuras gerações possam contar com os rios vivos, águas de qualidade e equilíbrio ambiental em toda a bacia. Convidou a todos os presentes para cantar parabéns e abriu a palavra aos integrantes da mesa, recebendo as felicitações e desejos de sucesso do Sr. Wilson Shimizu (representando o CBH Paranaíba), Sr. Leocarlos Marques Mundim (atualmente representante da Cooxupé e Ex-Presidente do CBH AMAP PN1) e o Sr. Ronaldo Barbosa (representando a Abha Gestão de Águas). **Item 02 – Apreciação e votação da minuta da Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2025 do CBH AMAP PN1 (25.11.2025).** O Presidente, Diego Mota, abriu para discussão a minuta da ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2025 e, não havendo contribuições, colocou em processo de votação, sendo aprovada a ata por unanimidade dos presentes. **Item 03 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia.** - O Sr. Fernando Faria, Secretário Adjunto, fez a leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia, os quais foram encaminhados aos membros anteriormente junto a convocação. **Item 04 –**

Apresentação da proposta de aumento do custeio da Entidade Equiparada para



Avenida Marciano Pires, 629
Bairro: Industrial
CEP: 38740 - 500. Patrocínio/MG



comite.amap@agenciaabha.com.br



(34) 9 9837 0937



16,60%, conforme resolução do CERH/MG. O Sr. Diego Mota enfatizou que, nesse momento, o item de pauta trata-se apenas de uma apresentação, sem caráter deliberativo pelo Comitê, estando a plenária com a liberdade de manifestação e esclarecimento de dúvidas. Passada a palavra ao Sr. Ronaldo Barbosa, iniciou a sua apresentação informando que é o momento que todas as entidades equiparadas às funções de agência de bacia estão vivendo no estado de Minas Gerais, a proposta de aumento de custeio para 16,6%. Esse é um assunto que já tramita em âmbito estadual a um tempo e é reconhecido que o limite atual está aquém do necessário para que a entidade equiparada tenha sua sustentabilidade. Com base em estudos e discussões no âmbito do CERH/MG chegou-se ao limite de 20% da arrecadação para a entidade equiparada e, a partir da arrecadação de cada circunscrição hidrográfica, feita a estratificação para os Comitês, identificando que os afluentes mineiros do Paranaíba teriam o limite de custeio de 16,6%. Essa Portaria de aumento, publicada pelo Igam, apesar de definir, sem ressalvas, o percentual de repasse, estabelece que o Comitê deve aprovar esse valor em plenária. O motivo principal da apresentação é suscitar ou esclarecer dúvidas para posteriores encaminhamentos. Durante os anos de atuação da Abha como entidade equiparada esse limite de custeio não permitia avanços maiores em termos de cumprimento das atribuições. Há uma sobrecarga de obrigações e uma limitação operacional, ao mesmo tempo que cresce e caracteriza riscos administrativos, uma vez que, em comparativo, 7,5% como custo operacional/administrativo está distante de outros setores do mercado. Dada a importância do segmento, da incorporação de novas estruturas tecnológicas, de tecnificação e de novos processos de gestão, assim como agora, acredita que haverá no futuro novos estrangulamentos orçamentários. Falou sobre a estrutura organizacional da Abha, quantidade de funcionários, atividades e desembolsos. Apresentou as arrecadações dos afluentes mineiros do Paranaíba e do Paranaíba Federal e os valores que seriam despendidos a entidade equiparada por cada um deles e a tendente integração e unificação do contrato de gestão. Essa tendência de integração, levou a uma adequação na estrutura interna do rateio de custos da Abha, visando fazer a melhor gestão e utilizando-se do limite recebido pelo custeio dos três afluentes mineiros. Para ilustrar, apresentou uma tabela com a divisão dos custos e valores pretendidos caso a proposta de aumento seja





aceita divididos em: infraestrutura e manutenção, serviços administrativos, remuneração de pessoal, capacitação e deslocamento de pessoal. Esses valores foram sugeridos a partir das proporções de cada comitê afluente e do CBH Federal. A vantagem trazida pelo aumento desse percentual seria o fortalecimento operacionalmente das entidades, aumentando sua capacidade de execução e melhorando a velocidade de atendimento e atuação. A estrutura atual, departamentalizada e com poucos funcionários por departamento, gera dificuldades na substituição em casos de ausência e a proposta de ampliar o quadro de pessoal, visa entregas mais eficientes, além de reestabelecer o equilíbrio financeiro e garantir a viabilidade das ações. Esclareceu que a entidade não precisa gastar a totalidade dos recursos disponíveis e reforçou que a capacidade de atendimento é limitada pelos recursos e pelo ritmo de entrega, ilustrando com dados arrecadatários e a utilização dos recursos ao longo do tempo. Apresentou a capacidade de entrega da organização e explicou que mesmo considerando a possível redução de recurso, destinado ao investimento, o impacto não seria suficientemente grande para comprometer o planejamento já aprovado em plenária do PAP 2026-2030. Por fim, mostrou que cerca da metade das circunscrições hidrográficas de Minas Gerais já aderiram ao novo limite de 16,6%. O Presidente do CBH, Sr. Diego Mota, abriu a palavra aos presentes pedindo manifestações pra que a plenária pudesse direcionar os encaminhamentos, como também buscar soluções que atendam e, e que dê efetividade ao processo. O Sr. Wander Lúcio Rodrigues expos que o setor dos produtores agrícolas não concorda com o aumento de repasse do custeio a entidade equiparada. Explicou que, diferentemente do setor público, que costuma aumentar arrecadação conforme necessidade, o setor privado deve ajustar suas ações à verba limitada disponível. Assim, a Aprosoja Minas Gerais é contra qualquer aumento de despesas, especialmente em um momento financeiro difícil para o estado. Ele ainda criticou a cobrança pelo uso da água, alegando que ela foi mal-recebida e que os tributos já pagos deveriam ser suficientes para cobrir tais necessidades, defendendo uma postura de contenção de gastos diante da atual situação econômica. Uma vez aprovada, disseminou-se que esses recursos seriam destinados principalmente a obras de infraestrutura e não a parte de superestrutura.

Questionou a atuação do Comitê em relação às questões de outorgas no IGAM e na



Avenida Marciano Pires, 629
Bairro: Industrial
CEP: 38740 - 500. Patrocínio/MG



comite.amap@agenciaabha.com.br



(34) 9 9837 0937



Secretaria do Meio Ambiente, destacando que sua região muitos produtores operam há anos com licenças e outorgas provisórias, sem uma solução definitiva. Ele critica a falta de ações do comitê e ressalta que o órgão não tem adotado medidas mais contundentes para resolver esses problemas. Como representante dos produtores, ele registra seu protesto e solicita ao comitê que tome providências para resolver essas questões. O Sr. Fernando Faria concordou com a preocupação do conselheiro em relação ao aumento na cobrança pelo uso da água sendo que essa sobrecarga impacta a atividade do produtor, que não controla o preço do seu produto. Explicou que a diferenciação na porcentagem de uso do recurso para a Abha é baseada no recurso já existente, sem previsão de aumento na cobrança. Reforçou que o agronegócio enfrenta dificuldades financeiras, com preços de venda baixos e custos elevados, tornando qualquer custo adicional uma preocupação significativa. O objetivo é evitar aumento na cobrança, que já está estabelecida, e destacou que, caso haja mudanças, a diretoria está atenta para defender os interesses do setor e evitar que o produtor seja prejudicado. Explicou que a percepção do produtor rural pode ser limitada sobre os benefícios do repasse de recursos, que muitas vezes melhoram aspectos como segurança hídrica, mas não são facilmente percebidos por eles. Destaca que ações de melhorias na qualidade da água já são vistas, embora a quantidade de água disponível ainda esteja em fase inicial de implementação. Fortaleceu o protesto em relação a atuação do IGAM, apontando que as decisões e regras do órgão gestor, muitas vezes, geram obstáculos e prejuízos para os produtores, como regras de outorga que reduzem a vazão disponível, mesmo após investimentos consideráveis em barragens. Ele também reforçou a necessidade de os comitês de bacia se manifestarem em relação as outorgas, alegando que isso podem prejudicar ainda mais a atividade produtiva, além de mostrar que o modelo de concessão de outorga adotado pelo IGAM piora a disponibilidade hídrica, especialmente no uso para irrigação. O Sr. Augusto Peres Arruda questionou se a partir do aumento do repasse para a entidade equiparada os técnicos ambientais passariam a ser contratados com o recurso dos 16,6% ou continuariam sendo pagos com o recurso do investimento. O Sr. Ronaldo Barbosa explicou que o novo limite de custeio é destinado ao custo operacional da entidade, sendo assim, os técnicos continuarão a ser contratados com os valores do investimento, tendo a sua atuação





vinculada a uma ação ou ações específicas dentro do PPA. A contratação dos técnico pela parcela do investimento visa dar sustentabilidade econômico-financeira a entidade. O Sr. Antônio Giacomini declarou não concorda que os técnicos continuem a ser contratos com a parcela do investimento caso o valor de repasse para a entidade aumente sua porcentagem, sugerindo uma revisão desse artifício, por estar retirando capacidade de investimento do Comitê. Explicou ainda que do ponto de vista administrativo o Paranaíba Federal estaria sendo privilegiado em relação aos afluentes, uma vez que a sua capacidade de investimento permaneceria a mesma e usufruirão da estrutura planejada a partir dos 16,6% dos demais. Apontou que os dados foram apresentados com base no custeio de 7,5% e sugeriu que em uma nova apresentação eles fossem atualizados com os valores de 16,6% para uma nova discussão. Sr. Ronaldo Barbosa respondeu que essa simulação precisa ser feita detalhadamente junto da Câmara Técnica quando considerarem oportuno. O Sr. Fernando Faria sugere que seja criado um Grupo de Trabalho, preferencialmente em conjunto com os demais comitês afluentes e o Federal, para aprofundar a proposta e buscar um encaminhamento. O Sr. José Oliveira questionou se a Abha possui um levantamento dos valores necessários para manter a entidade em boas condições econômico-administrativas. Perguntou, ainda, o motivo de o CERH/MG ter deliberado sobre esses valores de repasse sem que a discussão passasse pelos Comitês e acredita que é importante que o Conselho ouça dos CBHs suas expectativas de repasse e também as necessidades da Abha. O Sr. Ronaldo Barbosa exemplificou valores de um estudo feito pela Ana, há 5 anos atrás, e acredita que o órgão gestor deve ter fundamentado seus próprios valores em estudos e realidades específicas, apesar de a decisão parecer uma imposição. Explicou que o planejamento foi feito para o limite de arrecadação possível entre os três PNs e o Federal, levando em consideração melhorias internas, como contratação de pessoal e aquisição de novos recursos, buscando eficiência na gestão. Apontou dificuldades operacionais na realização de rateios exatos e a necessidade de uma estrutura macro que atenda aos quatro comitês, defendendo a justificativa de ter uma gestão integrada. A Sra. Sandra Vieira enfatizou a importância de pensar na bacia hidrográfica como um todo, considerando os benefícios para toda a área, incluindo os nove afluentes do CBH Paranaíba Federal e o interesse em aplicar recursos de forma legal





e integrada. Ressaltou que os recursos CBH Paranaíba só podem ser utilizados dentro do território da bacia, conforme as regras estabelecidas, e que as ações devem beneficiar toda a população da bacia, sem beneficiar unilateralmente uma parte, sempre respeitando a legislação. O objetivo é promover uma gestão unificada e legal para a bacia hidrográfica como um todo. A Sra. Angelica Spirandelli explicou que a arrecadação do Paranaíba Federal, quando considerada a sua área de abrangência e população, acaba sendo muito menos significativa quando comparada aos seus afluentes, causando impacto na alocação de recursos e repasse. Enfatizou a importância de fortalecer a equipe técnica da Abha para aumentar a produtividade e a elaboração de projetos. Com mais profissionais, a entidade poderá ampliar sua capacidade de execução, tornando a gestão mais eficiente e entregando melhores resultados aos produtores e à população, garantindo assim uma devolução mais eficaz dos recursos para a bacia e uma gestão mais robusta. Finalizadas as contribuições, o Sr. Diego Cavalcante Mota agradeceu as contribuições, destacando que o mesmo desafio enfrentado pela plenária também afeta os outros dois afluentes mineiros. Com o objetivo de avançar nas discussões, se comprometeu a tomar a iniciativa para formação do grupo de trabalho conjunto e enfatizou que não há discussão de aumento da cobrança, apenas ajuste na porcentagem de repasse. Disse reconhecer as dificuldades relacionadas ao financiamento e ao rateio de recursos, reforçando a importância de alcançar um consenso que assegure que os investimentos sejam de fato direcionados ao trabalho da Abha. Colocou, então, em votação a inversão dos itens de pauta 05 e 06, aprovado pela plenária. **Item 06 – Apreciação e votação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Execução do Plano Plurianual de Aplicação, exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas.** A Sra. Gabrielle Marques, analista ambiental da Abha, designada aos trabalhos do CBH AMAP PN1, apresentou a execução do PPA na bacia em 2025. Foi elaborado um PPA provisório, uma vez que o Contrato de Gestão foi celebrado no final de 2024, prevendo um orçamento de aproximadamente 7 milhões para 2025. Apresentou a síntese das atividades, os respectivos desembolsos e a situação atual das atividades através de eixos, sendo o primeiro deles o de Programas e Ações de Gestão, que contém os subitens: programa de fortalecimento institucional e programa de mobilização social. O Eixo 2, relacionado a Programas de Ações de Planejamento, foi





subdividido em programa de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos hídricos e programa de saneamento, sendo apresentada, assim como no primeiro eixo, a síntese das atividades, os respectivos desembolsos e a situação atual das atividades. Por fim, essas mesmas informações foram mostradas em relação ao Eixo 3 do PPA que previa Programas e Ações Estruturais, recebendo investimento em programas de saneamento ambiental. A última atividade apresentada foi o gerenciamento de projetos, em que uma empresa foi contratada para acompanhar, dando apoio técnico e fiscalizando o cadastro de rede e a execução do PRAD em Abadia dos Dourados. Finalizando, foi apresentado um quadro geral de desembolso financeiro efetivo e previsto e a relação de execução das atividades predeterminadas, que em sua totalidade foi iniciada ou executada, apresentando avanços no seu cronograma. Informou que, uma vez que os valores desembolsados não atingiram o previsto pelo PPA de 2025, o saldo remanescente já foi usado para fazer a revisão do PPA de 2025 e remanejado no PPA 2026-2030. Aberta a palavra aos presentes, o Sr. Marcelo Ribeiro Pereira sugeriu que nos próximos relatórios e apresentações fosse incluída uma tabela com a comparação direta entre os valores previstos e contratados. Sem mais contribuições, a Deliberação que aprova o Relatório de Execução do Plano Plurianual de 2025 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade dos presentes. **Item 05 – Apreciação e votação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Execução do Planejamento Orçamentário, exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas.** O Sr. Ronaldo Barbosa apresentou o Relatório de Execução do POA que, por orientação do Igam, abrangeu o final de 2024 e o ano de 2025, após o recebimento dos recursos da cobrança no final de 2024. Para o período de 2024-2025, foi planejado um orçamento de R\$ 1.035.000,00, dividido em cinco categorias principais: infraestrutura e manutenção, serviços administrativos, remuneração de pessoal, capacitação (sem despesas previstas) e deslocamento de pessoal, este último limitado aos membros da diretoria. O orçamento aprovado foi de aproximadamente R\$ 834.000,00, sendo cerca de 70-75% dos gastos destinados à remuneração de pessoal. Além disso, foi feito o detalhamento de despesas operacionais, pagamento de terceiros, despesas de viagem, combustível e locomoção, referentes a 2024 e 2025. Os resultados financeiros mostram que, em 2024, o saldo foi de aproximadamente



R\$ 638 mil, transferido para 2025, que apresentou um saldo final de cerca de R\$ 601 mil. Finalizando, se colocou à disposição para esclarecimentos. Sem contribuições e dúvidas, a Deliberação que aprova o Relatório de Execução do Plano Orçamentário Anual de 2025 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade dos presentes. **Item 07 – Dialogando sobre o Plano e o Enquadramento PIRH Paranaíba Integrado.** O Sr. Wilson Shimizu iniciou a sua fala agradecendo o espaço proporcionado pelo comitê para atualização do plenário sobre o andamento do processo de elaboração e atualização do plano de bacia e destacou a importância dessas informações para a tomada de decisões. Explicou que o projeto inclui etapas de diagnóstico, prognóstico, sinalizações, e, atualmente, está na fase de elaboração da proposta de enquadramento dos cursos d'água e do plano de ações, cuja primeira versão está sendo encaminhada aos Comitês. Mencionou a audiência pública realizada em fevereiro, com o objetivo de cumprir a legislação e fornecer transparência às atividades e discussões em andamento. O Sr. Flávio Bernardes iniciou a apresentação falando sobre o progresso do projeto e explicando que os produtos desenvolvidos estão interligados com cada novo insumo, fundamentando o próximo. Apresentou o plano de ações, resultado de análises anteriores como diagnóstico e prognóstico, voltado para ações específicas por bacia e comitê. Explanou algumas etapas do planejamento dentro do CBH AMAP PN1, incluindo as consultas públicas, discussões técnicas sobre o prognóstico e outros produtos envolvidos, além do trabalho do GT PIRH. Abordou o processo de análise de produtos de enquadramento e destacou a importância desse instrumento de gestão. Informou que a área total do CBH AMAP PN1, apesar de menor em extensão, há uma criticidade maior influenciada por locais como Alto São Marcos e outras regiões específicas. Explicou que o PARH do PN1 apresentou ações com alta insuficiência de implementação, devido a falta de cobrança na bacia e a atuação fora da governança do Comitê, além de valores planejados muito superiores às arrecadações anuais. Explicou que esse plano está sendo atualizado com foco na governança, participação pública e metas mensuráveis. A nova abordagem visa criar um plano mais enxuto, com participação maior do comitê na implementação e acompanhamento, alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com foco na agenda azul de governança. Apontou também a priorização de áreas de conflito





e de alto comprometimento hídrico, além da elaboração de ações preventivas diante das mudanças climáticas. Nesse sentido, há programas que abrangem gestão institucional, qualidade da água, garantia de disponibilidade hídrica e preservação ambiental que visam facilitar a compreensão e o engajamento da população, criando uma linguagem mais acessível e integrando ações de conservação, resiliência e sustentabilidade na bacia, promovendo maior eficiência e impacto na gestão dos recursos hídricos. Informou que o CBH Paranaíba em suas discussões sobre o termo de referência priorizou ações nos afluentes visando fortalecer a gestão integrada, com ações colaborativas. Informou que os trabalhos estão sendo cumpridos dentro do cronograma proposto e acompanhados pelo GT PIRH buscando garantir uma compreensão aprofundada e compartilhar informações com os demais conselheiros. O Sr. Régis Vinicius Alves de Abreu solicitou que fosse disponibilizada uma tabela com o levantamento das contribuições levadas às audiências públicas dos Afluentes, discriminando aquelas que foram ou não incluídas ao Plano. **Item 08 – Assuntos gerais.** Dados os últimos avisos e contribuições e não tendo outros assuntos a se tratar, eu, auxiliar administrativo da ABHA Gestão de Águas, redigi esta ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Secretário e pelo Presidente.

Eusímio Felisbino Fraga Júnior

Secretário CBH AMAP PN1

Diego Cavalcante Mota

Presidente CBH AMAP PN1